



América Latina en la nueva política de Cooperación de la UE: Desarrollo en Transición / América Latina na nova política de Cooperação da UE: Desenvolvimento em Transição

1 de junio de 2021 / 1 de junho de 2021



Francisco André
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Portugal



Jolita Butkeviciene
Directora para América Latina y el Caribe en la DG de Asociaciones Internacionales de la Comisión Europea



Ruy Pereira
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)



Noel González Segura
Ministro; Jefe de Cancillería, Embajada de México ante Bélgica y Luxemburgo; Representante Alterno ante la Unión Europea; Representante de AMEXCID



Rita Hernández Bolaños
Directora de Cooperación Internacional, Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica



Jorge Moreira da Silva
Diretor de Cooperação para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)



João Ribeiro de Almeida
Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Portugal



Mario Cimoli
Secretario Ejecutivo Adjunto de la CEPAL



Mario Pezzini
Director del Centro de Desarrollo de la OCDE



Karina Dzialowska
Jefa del sector G1, DG Asociaciones Internacionales, Comisión Europea

Introducción

Durante décadas, los programas de cooperación de la UE pusieron el foco en los países con un menor nivel de desarrollo, contribuyendo en algunos de ellos de la región a la reducción de sus altas cotas de pobreza, situándose entre los países de renta media. La realidad actual, agravada con las consecuencias de la crisis de la Covid-19, identifica unos desafíos que son comunes a ambas regiones y que requieren avanzar en el multilateralismo.

Cuando estalló la crisis de la Covid-19, la mayoría de los países de América Latina y el Caribe se encontraban en un contexto de bajo potencial de crecimiento, altas desigualdades y creciente descontento social. A pesar de las drásticas medidas tomadas por los gobiernos para frenar la pandemia, para abordar el impacto de esta crisis de en la región es vital una respuesta global coordinada.

Más allá de esta crisis, los retos, identificados en la Agenda 2030 y los ODS, son ahora mucho más complejos, multidimensionales y compartidos. Por ello la UE debe visualizar a América Latina -con la que comparte una historia, cultura, valores y principios democráticos- como un socio estratégico a través de una cooperación más ambiciosa e innovadora para crear agendas comunes que vayan de la mano en los foros internacionales y que den respuesta a los retos globales.

En este objetivo multidimensional, la consolidación de las asociaciones público-privadas y la cooperación entre instituciones públicas, privadas, empresariado y sociedad civil es esencial ya que multiplica los resultados.

A medio plazo, esta crisis mundial provocada por la Covid-19 debe ser una oportunidad para buscar en la economía verde, la economía circular y la transformación digital los motores para salir de ella con economías más robustas, diversificadas e inclusivas, así como con democracias más justas y más seguras y con un nuevo pacto social, con sistemas de protección social más fuertes, mejoras en el sistema de salud, finanzas públicas más sólidas e inclusivas e implementación de estrategias de desarrollo inclusivo.

Introdução

Durante décadas, os programas de cooperação da UE centraram-se em países com menor nível de desenvolvimento, contribuindo, nalguns deles, para a redução dos seus elevados níveis de pobreza, passando a situar-se entre os países de rendimento médio. A realidade atual, agravada pelas consequências da crise da Covid-19, identifica alguns desafios comuns às duas regiões, que exigem avanços no multilateralismo.

Quando estalou a crise da Covid-19, a maioria dos países da América Latina e do Caribe encontrava-se num contexto de baixo potencial de crescimento, elevadas desigualdades e crescente descontentamento social. Apesar das medidas drásticas tomadas pelos governos para conter a pandemia, para enfrentar o impacto desta crise na região é vital uma resposta global coordenada.

Além dessa crise, os desafios, identificados na Agenda 2030 e nos ODS, são agora muito mais complexos, multidimensionais e compartilhados. Por isso, a UE deve olhar para a América Latina – com a qual partilha uma história, cultura, valores e princípios democráticos – como um parceiro estratégico, com o qual deve estabelecer uma cooperação mais ambiciosa e inovadora, para a construção de agendas comuns que andem de mãos dadas nos fóruns internacionais, respondendo aos desafios globais.

Neste objetivo multidimensional, a consolidação de parcerias público-privadas e a cooperação entre instituições públicas, privadas, empresas e sociedade civil, é essencial, uma vez que multiplica os resultados.

No médio prazo, esta crise global provocada pela Covid-19 será uma oportunidade para procurar na economia verde, na economia circular e na transformação digital os motores para sair dessa crise com economias mais robustas, diversificadas e inclusivas, bem como com democracias mais justas e mais seguras, com um novo pacto social, com sistemas de proteção social mais fortes, melhorias no sistema de saúde, finanças públicas mais sólidas e integradoras e a implementação de estratégias de desenvolvimento inclusivas.

Sumario con ideas destacadas

(en el idioma de sus intervenciones)

En la inauguración del acto, **Ramón Jáuregui**, Presidente de la Fundación:

- La UE es el principal cooperante en América Latina así como también el que más vacunas ha enviado a esa región, a través de Covax.
- Compromiso europeo de avanzar en la reformulación del sistema de cooperación internacional, que actualmente está operando a través de espacios de diálogo como el que se genera en este seminario, para la reflexión conjunta sobre la manera en la que Europa tiene que adaptar y modernizar sus mecanismos de cooperación.

Alberto Laplaine Guimarães, Presidente Casa da América Latina en Lisboa, apuntó:

- O conceito de desenvolvimento em transição, que foi criado pela OCDE não há muito tempo, introduz novas variantes daquilo que era o conceito tradicional que se focava muito no nível do rendimento. Hoje em dia essa visão é diferente, porque o conceito de desenvolvimento em transição tem mais componentes e a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS mostrou que o desenvolvimento tem múltiplas dimensões, como as económicas, as sociais ou as ambientais, a que naturalmente se juntam as componentes do rendimento.
- Num mundo cada vez mais interdependente, este novo conceito de desenvolvimento tem também níveis diferentes, o nacional, o regional e o nível internacional. É por isso que o desenvolvimento em transição, que deve ser encarado como uma nova forma de desenvolvimento e cooperação entre a União Europeia e América Latina, visa alargar os conceitos tradicionais de desenvolvimento e de cooperação e incorporar novas formas de design político, de prática, de parcerias, ou seja, uma nova forma de cooperação internacional, num quadro de um multilateralismo sustentável e atualizado.

Francisco André Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Portugal:

- O relacionamento com a região da América Latina é um vetor orientador da política externa Portuguesa e tem assumido uma relevância crescente, não só no plano

bilateral, mas também multilateral por via do reforço da cooperação ibero-americana e no contexto da União Europeia. As relações com a América Latina constituem para Portugal uma prioridade quase natural, atentos não só aos laços históricos, culturais, sociais e linguísticos que os unem, mas também a presença de comunidades portuguesas dinâmicas e significativas na região e também às diferentes diásporas latino-americanas em Portugal, a que se somam os significativos investimentos económicos feitos nos dois sentidos.

- No quadro da EU, Portugal tem estado sempre na linha da frente na defesa dos interesses da América Latina e é por isso que durante a Presidência Portuguesa do Conselho da UE se deu continuidade a esses esforços, nos mais diversos níveis, sempre orientados pelo lema “o tempo de agir e por uma recuperação justa, verde e digital, centrada numa recuperação económica baseada numnexo triangular entre coesão social, transição verde e digital”.
- O grande desafio passa pelo apoio concreto que a UE poderá dar à AL e que depende de 4 fatores chave:
 1. Acesso generalizado das vacinas e nesse aspeto realçou o papel da presidência Portuguesa do Conselho da UE na criação do Mecanismo Europeu de Partilha de Vacinas, que irá disponibilizar vacinas para três regiões do Globo, América Latina, África e os Balcãs Ocidentais;
 2. O apoio a reformas económicas e sociais à transição verde e digital, são os setores que permitiram impulsionar a recuperação e criar economias mais resilientes, mas também mais diversificadas e mais inclusivas que possam ter todos a bordo;
 3. Acesso ao financiamento e à questão da dívida. Sobre isto a presidência portuguesa tem estado muito ativa, na aprovação final deste instrumento financeiro, IVDCI - Instrumento de Vizinhaça, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional da Europa Global que tem 80 mil milhões de euros ou ainda em discussões sobre a gestão e sustentabilidade da dívida, no quadro da iniciativa de recuperação global, lançada pela presidente da Comissão Europeia, tanto ao nível do vetor finanças do Conselho ECOFIN, como ao nível do vetor da política externa, no Conselho de Negócios Estrangeiros.
 4. Aposta numa recuperação que tem de ser para todos, que não deixe ninguém para trás, que sirva para reduzir as desigualdades, através do investimento no desenvolvimento humano, sobretudo nas áreas da educação e nas áreas da saúde.

João Ribeiro de Almeida, Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Portugal:

- Destaca-se o trabalho em conjunto com a União Europeia, na medida em que alguns dos tratados comunitários, os estados-membros e a União Europeia trabalham sempre de forma concertada e complementar, reforçando as respetivas políticas públicas de desenvolvimento. O objetivo partilhado é a redução da pobreza, pelo que também no quadro multilateral a UE e os estados-membros se coordenam no seio das organizações internacionais. Portugal, enquanto Presidência portuguesa da União Europeia, está também muito atento ao desenvolvimento em transição, um trabalho conjunto no plano europeu, que traz responsabilidades acrescidas. E na nossa perspetiva, seria importante retomar a questão dos países de rendimento médio, para que estes não retrocedam no seu processo de desenvolvimento, necessário além do mais pelo impacto desproporcional causado pela crise pandémica.
- Uma palavra na defesa da cooperação triangular, entre Portugal, África e América Latina, com programas específicos, essencial para que possamos chegar longe, quer em África, quer na AL. Nesta triangulação e tudo o que tenha a ver com cooperação Sul-Sul, Portugal está bem posicionado nos quadros da OCDE, expressamente reconhecido, além de ter promovido, até à data, cinco conferências internacionais sobre cooperação triangular em Lisboa, em estreita colaboração com a OCDE.

Ruy Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação:

- Referiu que o Brasil não está satisfeito com o nível de diálogo entre a União Europeia e América Latina no tema da cooperação internacional. “Hoje estamos com uma espécie de pacote fechado da União Europeia para orientar as suas atividades de cooperação na região, nos próximos cinco a seis anos. Essa falta de diálogo de certa forma foi reconhecida por uma autoridade da União Europeia que mencionou recentemente que é intolerável que não se tenha conseguido fazer uma Cimeira Regional nos últimos seis anos. Deveriam todos fazer um esforço de diálogo efetivo, horizontal e multilateral com a União Europeia sobre o seu MIP- Multi Annual Indicative Program para o próximo período financeiro, de maneira a poder nele tentar fazer refletir as opiniões e comentários e sugestões da AL, para as atividades de cooperação da EU no continente.
- Ressaltou também a importância de continuar o diálogo entre os estados-membros e interlocutores relevantes à cooperação internacional, sobre o conceito de desenvolvimento em transição, instando à revisão do sistema de classificação e do processo de graduação dos países que se identificam como de rendimento médio.

Sublinho o facto de que desenvolvimento em transição, para os países membros da Secretaria-Geral Ibero-americana ser um conceito em construção

→ Defendeu por último a cooperação trilateral como a chave para novas oportunidades, para o adensamento das relações de cooperação entre a União Europeia e América Latina. “É no campo da cooperação trilateral que encontramos espaços de aglutinação e de sinergias entre atores de naturezas diversas, não só atores estatais, a sociedade civil, empresas, o setor privado que tem um papel muito relevante a desempenhar, é essa a experiência do Brasil”.

Jorge Moreira Da Silva, director de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE:

→ A crise provocada pela pandemia de Covid-19 colocou em maior evidência a importância da cooperação para o desenvolvimento. “Se todos sabemos que a pobreza e as desigualdades são o centro das preocupações das políticas de apoio ao desenvolvimento, então com esta pandemia fica mais claro que sem mais cooperação, não conseguiremos sair desta crise”.

→ Os países mais pobres e vulneráveis já estavam a ser afetados nos últimos anos pela crise de refugiados, pela crise económica e pelas alterações climáticas. Com esta crise cem milhões de pessoas foram atiradas para a pobreza extrema em 2020. A pandemia aumentou as desigualdades, 55% da população mundial não tem qualquer proteção social.

→ A cooperação para o desenvolvimento, deve ser trabalhada em três planos:

1. No reforço do multilateralismo e dos bens públicos globais. Esta crise mostrou a interdependência entre todos e a necessidade de encontrar soluções comuns e coordenadas para medir, para incentivar, para regular os bens públicos globais e reforçar o multilateralismo;
2. No acesso equitativo a vacinas. O Diretor-geral do OMS tem dito que estamos perante uma fratura moral. Vacinar populações jovens em países ricos, quando populações com mais de 80 anos e vulneráveis dos países mais pobres não estão vacinadas, não é aceitável.
3. No apoio aos países no build back better. Mais do que recomeçar, temos de começar de novo. Resolver a crise climática, as desigualdades e a pandemia.

→ As três tendências para o futuro da política de Desenvolvimento em Transição:

1. Reforçar e proteger o sistema internacional multilateral, envolver os cidadãos neste tema, pois vivemos um momento em que muitos países defendem o reforço do nacionalismo;
2. Defender o financiamento ao desenvolvimento;
3. Repensar a cooperação, a parceria global, a cooperação triangular.

Para **Noel González Segura**, jefe de la Cancillería de la Embajada de México en Bélgica y Luxemburgo y representante de la Agencia Mexicana de Cooperación:

→ La crisis sanitaria aceleró el proceso de construcción de un nuevo modelo de cooperación internacional para el desarrollo, como un ejercicio conjunto entre los países desarrollados y los que están en vías de desarrollo para alcanzar los objetivos de desarrollo nacionales y contribuir en la construcción de los bienes públicos globales, que son el combate al cambio climático y a la migración desordenada; la mejora de la salud y hacer sociedades más resilientes.

→ Destacó la labor de la CEPAL, la OCDE y la UE, proponentes del concepto “desarrollo en transición” para que los países que se han graduado puedan continuar accediendo a recursos de cooperación.

→ México y la UE comparten una visión común de temas centrales: orden basado en reglas, la cooperación internacional para la solución de los conflictos o la igualdad jurídica entre los estados. Se ha venido construyendo este andamiaje sólido a través de una “institucionalidad” que lleva ya más de 20 años vigente, que es el Acuerdo global México – UE adoptado en 1997 y en el que trabajamos ahora en su modernización.

→ La actual cooperación entre ambas regiones trabaja en varios frentes: el primero, combatir al Covid-19, donde México ha contado con la colaboración europea para fortalecer los sistemas sanitarios y de saneamiento nacionales, recursos para PyMES, construcción de acuerdos con el Centro Europeo para la Construcción y la Prevención de Desastres, etc. Mencionó las iniciativas con la UE junto a la CELAC, el fondo común entre la AMEXID y la UE para fomentar proyectos de cooperación de respuesta a la pandemia; el Plan de Desarrollo Integral, junto a la CEPAL y destacó el trabajo desde las misiones en Bruselas para que los países de América Latina se beneficien del programa Horizonte Europa y del programa multianual de la UE 2021-2027.

Para **Rita Hernández Bolaños**, Directora de Cooperación internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica:

- Existen coincidencias entre el Plan Nacional de Descarbonización que ha venido implantándose en Costa Rica desde 2019 y los objetivos de Europa para 2050; mencionó los apoyos europeos recibidos en materia ambiental y digital y resaltó la importancia que tiene para los dos bloques el tema migratorio.
- Afirmó que para Costa Rica será muy fácil seguir trabajando con la UE para el logro de sus objetivos nacionales, en concordancia con las metas de la Unión Europea
- Costa Rica, como país renta media-alta ha experimentado una reducción paulatina de los flujos de cooperación que recibe; Costa Rica ha logrado grandes avances en la atención de sus desafíos de desarrollo pero aún mantiene brechas estructurales que deben ser resueltas y ante las cuales la cooperación internacional es indispensable.
- Desde la presidencia de Costa Rica en la CEPAL, han hecho ver con un documento ante la comunidad internacional la situación económica y social de desigualdad. Abogan por el “desarrollo en transición” para construir una medición multidimensional al desarrollo que refleje adecuadamente las necesidades de cada país y una distribución más justa y equitativa de recursos de Cooperación Internacional para el Desarrollo.
- Costa Rica desea abordar su ingreso a la OCDE aprovechando el acervo de conocimiento de la organización y con un espíritu propositivo en las áreas en las que Costa Rica tiene lecciones por compartir en materia de cooperación, asumiendo este reto aceptando su condición de país dual, tanto receptor como oferente de cooperación técnica.

Karina Dzialowska, DG Asociaciones Internacionales, Comisión Europea:

- Presentó el programa europeo para ALyC, **Al-Invest Verde**, basado en el principio de alianzas transformadoras para ambas regiones, impulsadas por los gobiernos y los operadores del sector privado. El objetivo es promover el crecimiento sostenible y la creación de empleo apoyando la transición hacia una economía hipocarbónica, eficiente y circular.
- Los beneficiarios serán todos los actores que puedan impulsar una innovación verde, como PyMES, organizaciones empresariales, conglomerados industriales, centros de investigación o universidades.

- El trabajo directo con el sector privado se intensificará, diversificándose en nuevas áreas de trabajo como la transformación digital creando un acelerador digital entre la UE y ALyC para apoyar la innovación y la productividad del sector privado apoyando joint ventures o startups que van a emerger.
- También se apoyará una recuperación inclusiva trabajando con el sector privado alrededor de prácticas de negocios socialmente responsables como el comercio justo, empoderamiento de mujeres y jóvenes, estándares laborales o RSC.

Para **Jolita Butkeviciene**, Directora para ALyC, DG Asociaciones Internacionales, Comisión Europea:

- Indicó su deseo de aprovechar esta plataforma para lanzar este nuevo diálogo de colaboración, donde la Fundación Euroamérica juega un papel creativo en esta renovación, en el contexto de la presidencia portuguesa del Consejo de la UE, contando también con la complicidad de España para la alianza entre las dos regiones en algunos de los últimos hitos del multilateralismo mundial, como la Agenda 2030 o el Acuerdo de París.
- Destacó, como ejemplo de cooperación entre las dos regiones, el recientemente inaugurado Cable EllaLink de fibra óptica entre la UE (Portugal) y Brasil, que debe posicionarse como un referente global en los próximos siete años.
- El cambio de enfoque de la política de Cooperación de la UE responde a que los retos a los que nos enfrentamos todos son ahora globales y requieren de estructuras multilaterales de cooperación más fuertes, complejas y flexibles.
- En la nueva estructuración de partnership para la cooperación, el diálogo político y la generación de agendas comunes, la UE va a incluir la participación del sector privado, la promoción de inversiones y la cooperación triangular o trilateral.
- Europa quiere seguir jugando un papel decisivo en la cooperación de la región, trascendiendo los recursos financieros y centrándose en una propuesta de valor única basada en su propia experiencia como elemento central de su respuesta.
- Resaltó el compromiso de la UE con la región donde el Plan de inversiones europeas en el exterior, Al Invest Plus, va a ser también muy positivo, apalancando préstamos y potenciando el rol de la iniciativa privada.

Para **Mario Cimoli**, Secretario Ejecutivo Adjunto de la CEPAL:

- La región va a seguir manteniendo los problemas estructurales que tenía antes, de pobreza, de desigualdad y de informalidad, por lo que tiene que repensar su modelo de desarrollo. Indicó la necesidad de ser conscientes de que el concepto de desarrollo no es lineal, va cambiando a lo largo de los procesos históricos, tanto de los países de ingreso alto como medio o bajo.
- En relación a la transición verde, recordó que la región contribuye solo al 8% en la generación de CO2, pidiendo que la cooperación internacional lo tenga en cuenta.
- Indicó que se observa una recuperación en América Latina con incremento del comercio internacional y del empleo. Preocupación por que el sector formal no sea capaz de absorber los trabajos de baja productividad del sector informal; apuntó el riesgo de que la productividad de América Latina sea siempre baja, lo que no la permitirá ser una economía competitiva.
- Insistió en la necesidad de repensar el modelo hacia nuevos sectores y cadenas productivas que se desarrollen en América Latina, incluyendo las empresas de América Latina y de Europa, y donde las PYMES estén incluidas.
- Reconoció la gran importancia de los recursos de la UE en materia de Cooperación, abogando por un diálogo solidario igualitario y a dos niveles: recursos y diálogo bilateral, y en torno a varias áreas. El desarrollo ha de ser sustentarse en valores sociales, de igualdad y de integración.

Para **Mario Pezzini**, Director del Centro de Desarrollo de la OCDE:

- ALyC ha sido la región más afectada por el Covid-19 en el mundo; Los problemas que tenía antes de la pandemia (de productividad, medio ambiente, sociales y pobreza extrema) se intensifican, por lo que ve necesario diversificar las matrices productivas, tratando de raíz la desigualdad y la pobreza en la construcción de un nuevo contrato social.
- En relación a la cooperación internacional, reconoció que todo ha cambiado: los actores, los objetivos y las modalidades; la cooperación ha de ser sostenerse sobre una relación horizontal y aboga por el “desarrollo en transición”.

- Indicó que los países de la región no han sido los más favorecidos por los esfuerzos de la institución financiera internacional: de los estimados 20.7 trillones para responder a la pandemia, solo 142 billones estarían dirigidos a Latinoamérica.
- Para que haya una relación birregional fuerte se necesita una cooperación fuerte. La relación entre la UE y Latinoamérica es un elemento fundamental de geopolítica. Resaltó la urgencia del fortalecimiento de las instituciones regionales de ALyC; remarcando la necesidad de un interlocutor y abogó por que la CEPAL juegue un papel mayor en este sentido.
- En cuanto a la inversión en la cooperación para la recuperación del Covid, vió necesaria la construcción de una plataforma de inversión, con los actores europeos de un lado y los latinoamericanos del otro, así como la inversión privada.
- En relación al funcionamiento de la cooperación internacional, abogó por una nueva mesa más igualitaria, ya que, en su opinión, en cualquier gasto en tema de cooperación internacional se debe hacer escuchando a quién da y a quién recibe, en una base de igual a igual.

Para **Ramón Jáuregui**, Presidente de la Fundación Euroamérica, en su clausura:

- Resaltó que “repensar” ha sido el verbo más utilizado en el seminario: de nuestro esquema de colaboración, del diálogo estructural, para que juntos pongamos sobre la mesa una manera común de cooperar en el desarrollo de América Latina y de Europa.
- Es necesario establecer una pauta, una metodología, una manera de pensar juntos la forma construir más eficazmente la cooperación entre todos y, desde luego, un modelo de desarrollo en transición.

Concluyó el seminario **Manuela Júdice**, Secretária-Geral da Casa da América Latina en Lisboa, resaltando la relación tan fructífera entre su institución y la Fundación Euroamérica, que han celebrado un gran número de actos en común durante la presidencia portuguesa del Consejo de la Unión Europea. Anunció que en el próximo encuentro en este contexto tendría un papel relevante el Cable EllaLink, mencionado en varias ocasiones durante el seminario, como caso real de Cooperación entre Europea y América Latina.

Breve transcripción del Seminario

(en el idioma de sus intervenciones)

Ramón Jáuregui, Presidente de la Fundación Euroamérica, comenzó el seminario dando la bienvenida a los asistentes en ambos lados del océano para apuntar a continuación que la UE es el principal cooperante en América Latina así como también el que más vacunas ha enviado a esa región, a través de Covax. Resaltó también el compromiso europeo de avanzar en la reformulación del sistema de cooperación internacional, que actualmente está operando a través de espacios de diálogo y reflexión como el que se genera en este seminario, con más de 300 asistentes convocados, para adaptarnos a un mundo cada vez más disruptivo, que demanda cambios en la forma de aplicar las políticas ecológicas, tecnológicas, digitales y sociales.

El objetivo del seminario es la búsqueda de una reflexión conjunta, escuchando a las agencias latinoamericanas afectadas por las políticas de cooperación sobre la manera en la que Europa tiene que adaptar y modernizar sus mecanismos de cooperación.

Alberto Laplaine Guimarães, Presidente da Comissão Executiva da Casa da América Latina, Lisboa: O conceito de desenvolvimento em transição, que foi criado pela OCDE não há muito tempo, introduz novas variantes daquilo que era o conceito tradicional que se focava muito no nível do rendimento. Hoje em dia essa visão é diferente, porque o conceito de desenvolvimento em transição tem mais componentes e a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS mostrou que o desenvolvimento tem múltiplas dimensões, como as económicas, as sociais ou as ambientais, a que naturalmente se juntam as componentes do rendimento.

Num mundo cada vez mais interdependente, este novo conceito de desenvolvimento tem também níveis diferentes, o nacional, o regional e o nível internacional. É por isso que o desenvolvimento em transição, que deve ser encarado como uma nova forma de desenvolvimento e cooperação entre a União Europeia e América Latina, visa alargar os conceitos tradicionais de desenvolvimento e de cooperação e incorporar novas formas de design político, de prática, de parcerias, ou seja, uma nova forma de cooperação internacional, num quadro de um multilateralismo sustentável e atualizado.

Neste Seminário observaremos também de que forma a crise provocada pela pandemia do Covid-19, contribuiu para entender ou desenvolver este conceito, colocando visível para todos alguns dos problemas já identificados na agenda 2030 e nos ODS, e introduzindo passos de partilha de princípios e valores de cultura democráticos, com parceiros estratégicos, o que constitui uma boa base de trabalho para um excelente Seminário. Espero que esta iniciativa possa ter continuação, com os mesmos parceiros, abordando outros temas de grande atualidade como este.

Francisco André, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Portugal: O relacionamento com a região da América Latina é desde logo um vetor orientador da política externa Portuguesa e tem assumido uma relevância crescente, não só no plano bilateral, mas também multilateral por via do reforço da cooperação ibero-americana e no contexto da União Europeia. As relações com a América Latina constituem para Portugal uma prioridade quase natural, atentos não só aos laços históricos, culturais, sociais e linguísticos que nos unem, mas também a presença de comunidades portuguesas dinâmicas e significativas na região e também às diferentes diásporas latino-americanas em Portugal, a que se somam os significativos investimentos económicos nos dois sentidos. Importa, no entanto, frisar que a nossa ação não é motivada apenas pelas ligações históricas e culturais e vai muito para além disso, baseia-se numa ação estruturada, de longo prazo e no compromisso em estabelecer relações sólidas com todos os países da região. Não surpreende por isso que Portugal tenha participado desde o início e continue a participar na Conferência Ibero-americana, estimulando uma cooperação triangular, onde temos alguns casos de sucesso assinaláveis. A cooperação ibero-americana tem um potencial inegável na resposta aos desafios da agenda 2030. Estamos a falar de 22 países e de mais de 640 milhões de habitantes. Uma dimensão que oferece oportunidades de cooperação únicas e tem impacto em áreas determinantes, como é o caso da coesão social, do conhecimento, da cultura a juventude e claro mantendo sempre uma aposta muito forte na cooperação sul-sul e na cooperação triangular. É neste contexto que destacaria o papel da SEGIB na operacionalização das decisões que saem da Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, nas áreas da educação, de coesão social e da cultura. No quadro da UE Portugal tem estado sempre na linha da frente na defesa dos interesses da América Latina e é por isso que durante a Presidência Portuguesa demos continuidade a esses esforços nos mais diversos níveis e nos mais diferentes Fóruns, sempre orientados pelo lema da nossa presidência. “o tempo de agir e por uma recuperação justa, verde e digital, centrada numa recuperação económica baseada numnexo triangular entre coesão

social, transição verde e digital. A título de exemplo, ainda sob a nossa presidência, iremos aprovar, pela primeira vez, conclusões do conselho sobre “Países de rendimento médio, oportunidades para a agenda do desenvolvimento em transição”. Estas conclusões têm como objetivo essencial, conceder mais visibilidade política a este grupo de países naquilo que é o futuro quadro da programação da União Europeia 2021-2027 e a pensar em particular na América Latina. Todos sabemos que a graduação de países parceiros é sempre uma notícia feliz. Mas também sabemos que esse país das maravilhas só existe nos livros e que há sempre que ter em conta que muitos dos desafios que esses países que se graduam enfrentavam persistem mesmo após a graduação. E é por isso que precisamos de olhar para os novos instrumentos de cooperação para ajudar todos os países nesta fase específica dos seus trajetos de desenvolvimento, trabalhando junto da UE para manter estes países no centro da cooperação, e consolidar o sucesso alcançado, sob pena desses sucessos se transformarem em retrocessos. E esta é uma abordagem fundamental para a estabilidade regional, para que se registem mudanças tangíveis na melhoria da vida dos cidadãos. E à pergunta do que é que Portugal tem defendido e até agora com sucesso, tem defendido:

1º Um diálogo político e estratégico, incluindo mecanismos de diálogo flexíveis.

2º Instrumentos financeiros inovadores, desenvolvimento sustentável + e no quadro do IVDCI - Europa Global - Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional.

3º maior partilha de conhecimento e assistência técnica no domínio do setor público.

É certo que a prioridade que é dada à América Latina não é uma novidade. A UE já tem acordos políticos de cooperação e comércio com a maioria dos países da América Latina e Caraíbas. E também sabemos que a UE é o maior investidor na região e o 3º ao parceiro em termos comerciais. É por isso que nós temos que fazer esforço de construir em cima de Fundações que já existem e é também por isso que o compromisso de apoio à América Latina não é baseado só na proximidade cultural deve-se também e sobretudo às oportunidades de investimento e sobretudo ao apoio que a duas regiões tem de construir alianças em defesa do multilateralismo para fazer face a desafios comuns e nesse sentido a atual pandemia é um bom exemplo. Ao longo deste semestre da presidência portuguesa houve uma clara aposta de trabalhar sempre em ligação com o alto representante no aprofundamento das relações com a AL e Caraíbas através de mais diálogo, mas também em iniciativas concretas. Destaco, por um lado, o processo negocial dos acordos UE /

Mercosul, com o Chile e com o México, acordos que finalizados, constituem um novo enquadramento que irá promover de forma mais dinâmica uma nova aproximação política, mas também mais cooperação na defesa da democracia e dos direitos humanos, na proteção do planeta, na investigação, na inovação, e também mais investimento e mais prosperidade para ambas as regiões.

Outra medida concreta que teve lugar esta manhã, foi a inauguração do Cabo Submarino Ella Link, que liga Europa e o continente americano e que vai ser um corredor de transmissão de dados e que vai oferecer inúmeras e inovadoras oportunidades aos nossos mercados. Porque além de ser a primeira transmissão direta de alta velocidade entre os dois continentes, este vai incluir diferentes rotas terrestres para ligar Data Centers estratégicos em sítios tão diversos como Lisboa, Madrid, Marselha, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo dos últimos anos o consumo de produtos digitais fez aumentar a necessidade de conectividade entre países e entre continentes e da simples transmissão de data, à transmissão em tempo real de vídeos em streaming, ou das novas aplicações que só poderão trabalhar após a implementação da nova tecnologia 5G no espaço Global. Essas aplicações requerem menor latência, ou seja, menos espaço de tempo para passar na rede e chegar aos utilizadores e aos Data Centers e às plataformas. Ao criarmos uma rota mais curta entre e direta entre a Europa e a América Latina evitando a passagem para outros países, vamos reduzir a distância aproximadamente em 50% comparando com o momento atual.

Por isso concluo ao dizer que a América Latina está entre as regiões do mundo mais afetadas pela pandemia, com consequências não só no plano da saúde, mas também no campo económico, social e político e para terminar, afirmo que o grande desafio que temos pela frente passa pelo apoio que a UE poderá dar à AL e que depende de 4 fatores chave:

1. Acesso generalizado das vacinas e nesse aspeto realço o papel da presidência Portuguesa do Conselho da UE na criação do Mecanismo Europeu de Partilha de Vacinas, que irá disponibilizar nesse quadro vacinas para três regiões do Globo, America Latina, África e os Balcãs Ocidentais;
2. O apoio a reformas económicas e sociais à transição verde e digital, são os setores que permitiram impulsionar a recuperação e criar economias mais resilientes, mas também mais diversificadas e mais inclusivas que possam ter todos a bordo;
3. Acesso ao financiamento e à questão da dívida. Sobre isto a presidência portuguesa tem estado muito ativa. Primeiro porque conseguimos a aprovação final deste IVDCI, deste instrumento financeiro da Europa Global que tem 80 mil milhões de

euros ou através das conclusões do Conselho como já falámos ou ainda, ou ainda em discussões sobre a gestão e sustentabilidade da dívida no quadro da iniciativa de recuperação global, lançada pela presidente da Comissão Europeia, tanto ao nível do vetor finanças do Conselho ECOFIN, como ao nível do vetor da política externa, no Conselho de Negócios Estrangeiros.

4. Aposta numa recuperação que tem de ser para todos, que não deixe ninguém para trás, que sirva para reduzir as desigualdades. E para isto é muito importante que nesta recuperação haja um investimento no desenvolvimento humano, sobretudo nas áreas da educação e nas áreas da saúde.

João Ribeiro de Almeida, Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Portugal: O Instituto Camões está sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, coordenando, supervisionando e reportando os resultados face à política de cooperação para o desenvolvimento. Trata-se de um sistema que congrega múltiplos atores e operadores, estatais e não estatais, meios e capacidades complementares, e também o poder local, regional, fundações, academias, a sociedade civil e o sector privado. Trata-se de uma organização estatal, que coordena toda a dinâmica de cooperação portuguesa e assumimos a responsabilidade em três áreas determinantes da política pública para o desenvolvimento: a cooperação para o desenvolvimento, Ação humanitária e de emergência, e a educação para o desenvolvimento.

Promovemos, cofinanciamos, gerimos e executamos programas e projetos de cooperação junto de países sócios, alinhados com as respetivas estratégias de desenvolvimento. Cabe-nos também recolher e tratar os dados da ajuda pública ao desenvolvimento do sector público, e reportá-lo ao Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE.

Temos várias frentes no multilateralismo em que podemos fazê-lo. É importante realçar a importância do multilateralismo no código genético de qualquer diplomata de carreira português. O multilateralismo está presente em todas as nossas ações, do Estado e do Governo, uma prioridade absoluta da política externa portuguesa e também nas políticas públicas de cooperação para o desenvolvimento.

Um dos sectores em que o multilateralismo tem importância especial é a Conferência Ibero-americana. Neste quadro, asseguramos a representação portuguesa nos fóruns de decisão multilateral e de cooperação da Conferência Ibero-americana, mas também, obviamente, das Nações Unidas, OCDE, União Europeia, CPLP. A SEGIB desenvolveu um papel essencial em matéria como a Educação, a Saúde, a Coesão Social, Ciência e

Tecnologia, Cultura, e mais recentemente, por iniciativa de Portugal, e com o apoio dos líderes ibero-americanos, na última CUMBRE, em Andorra, propusemos uma agenda transformadora, Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Destacamos o trabalho em conjunto com a União Europeia, na medida em que alguns dos tratados comunitários, os estados-membros e a União Europeia trabalham sempre de forma concertada e complementar, reforçando as respetivas políticas públicas de desenvolvimento. O objetivo partilhado é a redução da pobreza, pelo que também no quadro multilateral a União Europeia e os estados-membros se coordenam no seio das organizações internacionais. Portugal, enquanto Presidência portuguesa da União Europeia, está também muito atento ao desenvolvimento em transição, um trabalho conjunto no plano europeu, que traz responsabilidades acrescidas. E na nossa perspetiva, seria importante retomar a questão dos países de rendimento médio, para que estes não retrocedam no seu processo de desenvolvimento, necessário além do mais pelo impacto desproporcional causado pela crise do COVID.

A América Latina é uma das prioridades da política externa e Portugal tem tido um papel muito efetivo na União Europeia para que seja entendida a importância da matriz cultural que nos liga à América Latina em geral. Temos bilateralmente algumas vertentes, de apoio bilateral de Portugal na AL.

Uma palavra sobre cooperação triangular, entre Portugal, África e América Latina, com programas específicos, essencial para que possamos chegar longe, quer em África, quer na AL. Nesta triangulação e tudo o que tenha a ver com cooperação Sul-Sul, Portugal está bem posicionado nos quadros da OCDE, expressamente reconhecido, além de ter promovido, até à data, cinco conferências internacionais sobre cooperação triangular em Lisboa, em estreita colaboração com a OCDE.

Ángel Durández, Vicepresidente ejecutivo de la Fundación Euroamérica, moderó la mesa redonda **Multilateralismo en las acciones de cooperación en la región** formulando distintas preguntas a los participantes.

Durante su intervención, **Ruy Pereira**, Director de la Agencia Brasileña de Cooperación: **¿Considera satisfactorio el nivel de diálogo que se mantiene entre la Unión Europea y América Latina en materia de cooperación internacional?** Não estamos satisfeitos com o nível de diálogo entre a União Europeia e América Latina no tema da cooperação internacional e eu faço com essa resposta uma conexão ao tema geral dessa mesa redonda. Tratamos do multilateralismo nas ações de cooperação e na região, e multilateralismo

para nós vai de par com o conceito de horizontalidade, e infelizmente o que observamos desde a importantíssima reunião para a qual a União Europeia nos convidou na Cidade do México, no início do ano passado, justamente para discutir o ciclo novo de cooperação internacional da União Europeia 2021-2027 é que inclusive pela incidência da pandemia (há que reconhecer esse elemento poderoso) nós não tivemos na verdade uma discussão e um diálogo horizontal entre a União Europeia e América Latina e Caribe, ou pelo menos a América Latina, sobre as características, as prioridades e as ações que deveriam conformar o Multi Annual Indicative Program - MIP da União Europeia para o próximo período financeiro.

A União Europeia identificou cinco áreas de sua prioridade e com isso nós tivemos conhecimento dessas áreas na reunião do México. O Brasil e outros países fomos muito assertivos no sentido de esperar que fosse possível ter uma outra reunião para que pudéssemos do ponto de vista da América Latina entabular um diálogo com a União Europeia sobre esse conjunto de prioridades e eventualmente sugerir ajustes e aperfeiçoamentos, mas infelizmente, por causa da pandemia não foi possível fazer esse diálogo. E hoje estamos com uma espécie de pacote fechado da União Europeia para orientar as suas atividades de cooperação na região, nos próximos cinco a seis anos. E isso nós entendemos que não é a melhor maneira de desenvolver a cooperação internacional; essa falta de diálogo de certa forma foi reconhecida por uma autoridade da União Europeia que mencionou recentemente que é intolerável que nós não consigamos fazer uma Cúpula de Regional nos últimos seis anos, e eu acho que deveríamos fazer um esforço e espero que possamos ter oportunidade, à frente para que possamos fazer um diálogo efetivo, horizontal e multilateral com a União Europeia sobre o seu MIP de maneira a poder nele tentar fazer refletir as opiniões e comentários e sugestões da AL para as atividades de cooperação da EU no continente.

No caso do Brasil, gostaria de mencionar, temos no momento iniciativas importantes de cooperação em andamento, e quando chegarmos à oportunidade de discutir a cooperação trilateral (aqui no Brasil chamamos de cooperação trilateral, não triangular) teremos talvez oportunidade de explorar um pouco mais, as características que gostaríamos de ver inseridas nesse exercício de cooperação.

Gostaria rapidamente, porque se mencionou no título geral do nosso evento “Desenvolvimento em transição - América Latina na nova política de cooperação na União Europeia. Desenvolvimento em Transição” e também como foi mencionado aqui várias vezes e partilhamos a relevância que se deu à recente Cúpula da SEGIB em Andorra, a um

comunicado especial sobre promoção de um enfoque multidimensional para medir a transição em direção ao desenvolvimento sustentável de vários países, proposto por um conjunto de países e ao qual se soma o Brasil que diz com muita clareza: “Ressaltaram a importância de continuar o diálogo entre os estados-membros e interlocutores relevantes à cooperação internacional sobre o conceito de desenvolvimento em transição, em processo de construção, como conceito complementar à divisão categórica por nível de ingresso per capita, a fim de avançar de maneira conjunta em bases voluntárias e de acordo com os compromissos assumidos pela Comunidade Internacional, em conferências multilaterais a respeito dos critérios de medição de designação da cooperação internacional para o desenvolvimento e os instrumentos idôneos para acompanhar os países que assim desejem, em sua transição ao desenvolvimento sustentável. Instando a revisão do sistema de classificação e do processo de graduação dos países que se identificam como de renda média. Sublinho o facto de que desenvolvimento em transição, para os países membros da Secretaria-Geral Ibero-americana ser um conceito em construção.

¿Cree que la cooperación trilateral podría abrir nuevas oportunidades para el fortalecimiento de las relaciones de cooperación entre la Unión Europea y los países latinoamericanos? Antes de responder à pergunta, eu queria fazer uma observação sobre a discussão no bloco anterior. E acho importante deixar a constância de que para o Brasil migração não é tema compatível com segurança. Migração não deve ser misturado com tema segurança, por razões que acho compreensíveis. Voltando de novo a nossa pergunta, aqui a resposta, ao contrário da minha resposta anterior, é um sim e um sim enfático, porque de novo voltamos aquele conceito básico de multilateralismo igual a horizontalidade. A cooperação trilateral implica necessariamente um esforço de conhecimento e de compreensão recíproco de estruturas, mecanismos, critérios e princípios da cooperação para o desenvolvimento entre todos os envolvidos. Vários países da América Latina têm iniciativas importantes de cooperação trilateral. Só entre aqueles que aqui estamos representados, o Brasil, o México, a Costa Rica certamente e também naturalmente de cooperação sul-sul. É surpreendente para aquele que não se debruça sobre esse assunto com frequência, o conhecimento sobre a variedade, a abrangência, o alcance da cooperação sul-sul, feita por países latino-americanos e também caribenhos, inclusive para fora da região.

Então, por essa razão, nós achamos no Brasil que a cooperação trilateral efetivamente é uma chave para novas oportunidades, para o adensamento das relações de cooperação

entre a União Europeia e América Latina. Por exemplo, agora mesmo nós estamos com a União Europeia examinando a estruturação de um projeto importante num país da América Central, para o reforço do sistema elétrico desse país. E estamos discutindo com a União Europeia um mecanismo bilateral de financiamento, entre o Brasil e a União Europeia, para financiar projetos trilaterais em países de interesse comum. É no campo da cooperação trilateral que encontramos espaços de aglutinação e de sinergias entre atores de naturezas diversas, não só atores estatais, a sociedade civil, empresas, o setor privado que tem um papel muito relevante a desempenhar, é essa a nossa experiência. Por exemplo, com a União Europeia o Brasil tem um Memorando de Entendimento para desenvolver projetos de cooperação trilateral em países de comum acordo, mas estamos esperando uma oportunidade para o assinar. Porém temos iniciativas de cooperação bilateral, como foi aqui mencionada, com países membros da União Europeia e atuamos na região da América Latina, por exemplo com a Itália, mas também fora da região, sobretudo em África, com outros países membros. Por isso ao contrário da pergunta anterior, a resposta para mim é um sim entusiasta, enfático e de certa forma, uma grande expectativa para que ativamente possamos, dentro do MIP, desenvolver uma vertente de cooperação trilateral ativa abrangente e importante.

A continuación intervino **Jorge Moreira Da Silva**, Director de Cooperación al Desarrollo de la OCDE, quien respondió a las siguientes preguntas: **¿Cuál es el impacto del COVID-19 en la cooperación para el desarrollo?** Esta crise colocou em maior evidência a cooperação para o desenvolvimento. Se todos sabemos que a pobreza e a desigualdade são o centro das preocupações das políticas de ajuda ao desenvolvimento, então com esta pandemia fica ainda mais claro que sem mais cooperação não conseguiremos sair desta crise. Mas convém ver as coisas também em perspectiva, os países mais vulneráveis e as populações mais pobres já tinham sido as mais afetadas pelas crises dos refugiados, 89% dos refugiados foram dirigidos aos países em vias de desenvolvimento. Estes países são os mais penalizados pela mudança climática, 85% dos pobres vivem nos 21 países e estes países foram os mais ameaçados pela crise financeira global de 2008 e agora Covid. Portanto, nos últimos 10 anos estes países enfrentaram vagas sucessivas de pressão, o que torna ainda mais evidente que já não estamos a falar de atraso, de lentidão no cumprimento da agenda 20-30 dos ODS, estamos a falar de retrocesso. A OCDE apresentou um relatório que mostra que só num ano, o último ano, por causa da pandemia, a lacuna financeira dos países em desenvolvimento aumentou em 50% para cumprir os ODS. Portanto o número que costumávamos falar de SDG Gap neste momento é um número

diferente, já devemos falar de 3.7 trillion dollars no SDG Gap. Esta crise aumentou a pobreza. 100 milhões foram atirados para a pobreza extrema em 2020. Esta crise aumentou as desigualdades, basta ver que 55% da população mundial não tem qualquer tipo de proteção social. Esta crise aumentou as desigualdades entre países e dentro dos próprios países. Se olharmos para os números, para as cifras, concluiremos que os países do G20 conseguiram lançar pacotes de estímulo à economia na ordem dos 22% do PIB enquanto que os países da África Subsariana conseguiram apenas mobilizar 3% do PIB nos pacotes de estímulo financeiro.

Em segundo lugar esta crise veio evidenciar ainda mais importância da cooperação para o desenvolvimento do ponto de vista financeiro e aqui a Official development assistance (ODA) ou Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) tem um papel decisivo. Uns diziam que era inevitável uma descida da APD, se o PIB baixa, teríamos automaticamente uma descida da APD. Isso não aconteceu, tivemos um aumento da APD em 3,5%, atingiu o valor mais alto de sempre 161 billion dollars, não é suficiente, mas ainda assim demonstrou que mais do que o contexto econômico dos países doadores, o que conta é a liderança política. E penso que foi importante que os países fossem mais ativos na cooperação do que aquilo que muitos intuía e até consideravam inevitável que era uma descida da APD. Mas é evidente que isso não é suficiente, eu gostava de dar um número da APD foi duas mil vezes menor do que os pacotes de estímulo financeiro lançados pelos países mais ricos, 16 trillion dollars de pacotes financeiros para recuperar as economias mais ricas e a APD aumentou apenas cerca de 8 billion dollars o que significa 2 mil vezes menos. Portanto, é positivo que tenhamos mais APD, mas ainda assim muito insuficiente.

Para concluir, sabendo que a cooperação é mais importante do que nunca, temos agora trabalhar em três planos: - 1º no plano do reforço do multilateralismo e dos bens públicos globais. Esta crise mostrou apenas a interdependência entre todos e a necessidade de encontrar soluções comuns e coordenadas para medir, para incentivar, para regular os bens públicos globais e reforçar o multilateralismo; - 2º no acesso equitativo a vacinas. O Diretor-geral do OMS tem dito várias vezes que estamos perante uma fratura moral. Estar a vacinar populações jovens em países ricos, quando populações com mais de 80 anos e vulneráveis dos países mais pobres não estão vacinadas, não é aceitável. 3º Temos de ajudar os países no build back better. Mais do que recomeçar, temos de começar de novo. Resolver a crise climática, as desigualdades e a pandemia.

A continuación fue preguntado por la financiación de la transición, así como la contribución que puede aportar a las deliberaciones sobre el desarrollo, en particular en la

región de ALC, contestando lo siguiente: En OCDE trabajamos en este tema en mi dirección de Cooperación al Desarrollo pero también en la dirección del Centro de Desarrollo que mi oficina lidera, es un trabajo complementario. De nuestra parte el trabajo está enfocado en las cuestiones de transición financiera. Cuando empezamos esta discusión hace algunos años había tres problemas que estaban contaminando la discusión. Una era la idea de que cuando se hablaba de transición se tendría que hablar de graduación y había una pelea enorme entre los países donantes, los miembros del CAD sobre ese tema, eso ha evitado, desafortunadamente la posibilidad de mirar las cosas de una forma efectiva, porque había un riesgo de que termináramos hablando solo de graduación, del criterio de graduación. El segundo problema es que se hablaba sólo de países en transición que se graduaban de la APD, y no de los países que se graduaban, que transitaban de low income countries. El tercer problema es que había una discusión moral sobre responsabilidades de unos y de otros, donantes y receptores en una paz ciega. Basado en eso hemos empezado un nuevo proceso... Decidimos trabalhar numa nova metodologia, para compreender melhor a interação dos vários fluxos financeiros. Nós sabemos que quando os países se graduam da APD ou quando deixam de ser list out country e deixam de ser prioritários, por exemplo, no âmbito do Banco Mundial, no IVA, há uma mudança dos fluxos financeiros, de menos APD, para mais investimento privado, há uma mudança ao nível das remessas dos imigrantes, da filantropia, do setor privado. O essencial era perceber como é que estes vários fluxos, publico, privado, filantropia, remessas dos imigrantes e finanças publicas não concessionais, mudavam, cambiavam, à medida que os países progrediam no development continuity. Era preciso definir uma metodologia para avaliar a interação desses fluxos financeiros ao longo da transição.

A 2ª dimensão era perceber o que estava a acontecer no terreno. E fizemos 7 case studies pilots em vários países. Em 3º lugar era necessário aprender e haver um diálogo no CAD – Development Assistance Committee dos doares, para ver quais eram as implicações da transição. Por exemplo, nós percebemos com a transição do Chile e do Uruguai que era fundamental preservar alguma parceria entre países do CAD e estes dois países, depois da APD. Percebemos com a Colômbia e com o Líbano que era preciso perceber as implicações das crises migratórias, na mobilização de novos recursos financeiros, além da APD. E percebemos com Cabo-Verde que quando este país se graduou list development country, imediatamente a natureza da ajuda mudou, menos grants, mais lowns, menos apoio aos setores sociais, mais apoio privado na área de infraestrutura, na energia e transportes e a dívida disparou, aumentou. Nós conseguimos com estes dados levar os doares, os

membros do CAD a ter uma discussão baseada na evidência, em factos e não numa certa ideologia ou subjetividade, sobre esse tema. E depois lançámos o Transition Finance Compendium, com estes casos de estudo que também se beneficiam de uma nova métrica global que se chama, Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD) que mede todos os fluxos financeiros, incluindo a transição, a cooperação sul-sul e a triangular.

Por último, fue preguntado por las tendencias que afectarían al futuro de la Cooperación para el Desarrollo incluido en relación con el sistema multilateral que resumió en tres: la necesidad de reforzar el multilateralismo internacional - en un momento en que hay unos países que tienen una aproximación más nacionalista o aislacionista - involucrando a los ciudadanos; la defensa de la financiación al desarrollo de la AOD (Asistencia Oficial para el Desarrollo), de la APD (Ayuda Pública al Desarrollo), para que en este momento tan importante no se miren solo los presupuestos nacionales sino también las necesidades de los países en desarrollo; y finalmente en relación a los bienes públicos globales, la necesidad de repensar la cooperación internacional se hace fundamental en este contexto.

El ministro jefe de la Cancillería de la Embajada de México en Bélgica y Luxemburgo y representante de la Agencia Mexicana de Cooperación, **Noel González Segura**, al responder a la pregunta sobre la importancia del concepto desarrollo en transición en el marco de la cooperación birregional entre América Latina y la UE, así como en el marco más amplio de la cooperación multilateral, señaló que la crisis sanitaria aceleró un proceso que ya venía gestándose, la construcción de un nuevo modelo de cooperación internacional para el desarrollo, que dejó de ser un ejercicio vertical de donantes y receptores para transformarse en un ejercicio conjunto en el que tanto los países desarrollados como en desarrollo pueden aportar recursos bajo esquemas de cooperación triangular y de cooperación Sur-Sur, no solamente para alcanzar los objetivos de desarrollo nacionales sino también para contribuir en la construcción de los llamados bienes públicos globales, que son el combate al cambio climático y a la migración desordenada; la mejora de la salud y hacer sociedades más resilientes. Destacó la labor de la CEPAL, la OCDE y la UE, proponentes del concepto “desarrollo en transición” para que los países que se han graduado puedan continuar accediendo a recursos de cooperación.

Cuando fue preguntado por los principales temas actualmente en la cooperación México - UE y las perspectivas de la cooperación birregional a futuro, particularmente en el marco de la adopción el capítulo para América Latina del Instrumento Vecindad Desarrollo y Cooperación Internacional de la UE, Noel González comenzó explicando que México y la UE comparten una visión común de temas centrales, desde un orden basado en reglas, la

cooperación internacional para la solución de los conflictos o la igualdad jurídica entre los estados. Se ha venido construyendo este andamiaje sólido a través de una “institucionalidad” que lleva ya más de 20 años vigente, que es el Acuerdo global México - Unión Europea adoptado en 1997 y en el que trabajamos ahora en su modernización.

Prosiguió diciendo que la actual cooperación entre ambas regiones trabaja en varios frentes, el primero de ellos, combatir al Covid-19, donde México ha contado con la colaboración europea para fortalecer los sistemas sanitarios y de saneamiento nacionales, movilizar recursos en favor de las PyMES, avanzar en la construcción de acuerdos con el Centro Europeo para la Construcción y la Prevención de Desastres, etc. Desde la presidencia mexicana de la CELAC se han impulsado con la UE otras iniciativas como la asociación con el Centro Común de Investigación de la Comisión Europea o la red de expertos de América Latina para enfermedades infecciosas emergentes y re-emergentes. Mencionó el fondo común que la AMEXID y la UE han establecido para fomentar proyectos de cooperación de respuesta a la pandemia, sobre todo en el sur de México y en los países del triángulo norte de Centroamérica; también, el Plan de Desarrollo Integral, junto a la CEPAL, para evitar que las poblaciones de los países beneficiarios se arriesguen y emprendan una migración muchas veces muy peligrosa, forzada y no ordenada.

Destacó igualmente la iniciativa conjunta CELAC - Unión Europea sobre Investigación e Innovación que trabajan desde las misiones en Bruselas, para que los países de América Latina se beneficien del programa Horizonte Europa, uno de los proyectos más importantes de investigación y desarrollo a nivel mundial, con una bolsa de más de 95 billones de euros de financiación. También desde las misiones de los países de América Latina y el Caribe en Bruselas se está trabajando en el programa multianual de la Unión Europea 2021-2027, que tiene cinco prioridades: la transformación verde, la transición digital, la recuperación económica sostenible e inclusiva, gobernanza democrática y seguridad e inmigración, cohesión social y lucha contra la desigualdad. Esperamos que a través de la colaboración con nuestra amiga Jolita Butkeviciene se reflejen aún mejor las propiedades en este instrumento para seguir consolidando esta relación bilateral estratégica para ambas partes.

Por último, abordó la cuestión de la importancia política de la cooperación entre México, América Latina y la UE en los diferentes Foros regionales y globales encargados de la arquitectura o gobernanza de la cooperación internacional para el desarrollo explicando que existe una narrativa que estamos construyendo los países de América Latina, en la que la cooperación triangular o trilateral, la cooperación Sur-Sur tienen un papel muy

importante, proponiendo trabajar de manera conjunta con la Unión Europea para llevar esta narrativa a los foros donde se van construyendo las decisiones en materia de cooperación internacional para el desarrollo y reflexionar de una manera global y en conjunto y que no sea una competencia nada más por recursos. Mencionó que esta narrativa global en materia de cooperación para el desarrollo podría tener su espacio de diálogo conjunto en el Comité de Alto Nivel para la Cooperación Sur-Sur de Naciones Unidas, que comenzaba ese mismo día.

A la directora de cooperación internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica, **Rita Hernández Bolaños** se le preguntó por las **coincidencias que vislumbra Costa Rica para trabajar de la mano con la Unión Europea en el futuro cercano en sus alianzas internacionales**, respondiendo que Costa Rica y la UE tienen la misma visión sobre lo que debe ser un sistema democrático sano, un desarrollo resiliente, inclusivo y respetuoso de los derechos humanos. Explicó que existen coincidencias entre el Plan Nacional de Descarbonización que ha venido implantándose en el país desde 2019 y los objetivos de Europa para 2050; mencionó los apoyos europeos recibidos en materia ambiental y digital y resaltó la importancia que tiene para los dos bloques el tema migratorio; gracias a la ayuda de la Unión Europea han avanzado en la gestión migratoria para atender el flujo de migrantes especialmente desde Nicaragua, Venezuela y Haití. Finalizó afirmando que será muy fácil poder seguir trabajando con la UE para el logro de nuestros objetivos nacionales, en concordancia con las metas de la Unión Europea.

A continuación, fue preguntada por **la posición de Costa Rica con respecto a la aparición de los nuevos paradigmas de medición del desarrollo, en referencia al concepto de “desarrollo en transición”**, respondiendo que Costa Rica, como país renta media-alta ha venido experimentando una reducción paulatina de los flujos de cooperación que recibe llegando ya a niveles críticos, incluso antes de que comenzara la pandemia. Como muchos de los países de renta media-alta, Costa Rica ha logrado grandes avances en la atención de sus desafíos de desarrollo pero aún mantiene una serie de brechas estructurales que deben ser resueltas y ante las cuales la cooperación internacional es una solución indispensable.

Dentro de la presidencia de Costa Rica en la CEPAL, hemos generado un documento con nuestra narrativa ante la comunidad internacional para hacer ver esta situación económica social de desigualdad y encontramos en el concepto de “desarrollo en transición” algo mucho más cercano a la realidad para construir una medición multidimensional al desarrollo que refleje adecuadamente las necesidades de cada país y

segundo porque creemos que puede sentar las bases de una distribución más justa y equitativa de los recursos de Cooperación Internacional para el Desarrollo.

Por último fue preguntada por el **objetivo de Costa Rica en materia de cooperación al desarrollo como miembro pleno de la OCDE, a la que ha sido admitida recientemente**, a lo que contestó que el país desea abordar su ingreso a la OCDE con el ánimo de aprovechar el acervo de conocimiento que ha generado la organización, por una parte, y con un espíritu propositivo en aquellas áreas en las que Costa Rica tiene lecciones por compartir en materia de cooperación. Costa Rica asume este reto aceptando su condición de país dual, tanto receptor como oferente de cooperación técnica, buscando aprovechar la plataforma. Desde OCDE, Costa Rica apoyará las transformaciones en el sistema de cooperación internacional al desarrollo para ajustarse a la realidad del mundo en cambio.

A continuación, tomó la palabra **Karina Dzialowska** - sector G1, DG Asociaciones Internacionales, Comisión Europea - para presentar el programa europeo para América Latina y el Caribe, **Al-Invest Verde**, nueva visión de cooperación de la UE con la región, basada sobre el principio de alianzas que puedan ser transformadoras para ambas regiones, impulsadas por los gobiernos y los operadores del sector privado. El objetivo del proyecto es promover el crecimiento sostenible y la creación de empleo apoyando la transición hacia una economía hipocarbónica, eficiente en el uso de recursos y circular. El componente más importante del programa es el fondo de subvenciones para alianzas del sector privado entre ambas regiones para apoyar la transición verde. La gestión del fondo se delegará a un consorcio de organizaciones de apoyo a empresas para una alianza de las organizaciones de América Latina y UE. Los beneficiarios serán todos los actores que puedan impulsar una innovación verde, como PyMES, organizaciones empresariales, conglomerados industriales, centros de investigación o universidades.

El principio de alianzas es muy importante por lo que cada propuesta de proyecto al fondo deberá estar conformada por una asociación de, al menos, una entidad de la UE y otra ALyC. Se pretende catalizar un efecto multiplicador con una adecuada diseminación de la experiencia adquirida mediante estos proyectos innovadores para desarrollar futuros proyectos susceptibles de recibir financiación bancaria y otras oportunidades de inversión. Las primeras convocatorias de propuestas serán a principios de 2022.

Actualmente se están gestionando las primeras orientaciones para los fondos de Europa global para el periodo 2021-2027 con el convencimiento de que el trabajo directo con el sector privado se intensificará, diversificándose en nuevas áreas de trabajo como la

transformación digital -otra gran prioridad en nuestra cooperación-, creando un acelerador digital entre la UE y ALyC para apoyar la innovación y la productividad del sector privado apoyando joint ventures o startups que van a emerger.

Desde la UE se quiere apoyar también una recuperación inclusiva trabajando con el sector privado alrededor de prácticas de negocios socialmente responsables como el comercio justo, empoderamiento de mujeres y jóvenes, estándares laborales o RSC.

A continuación, comenzó el **Diálogo de clausura: América Latina en la nueva política de Cooperación de la UE: Desarrollo en Transición** con la intervención especial de **Jolita Butkeviciene**, Directora para ALyC de la DG Asociaciones Internacionales de la Comisión Europea, quien comenzó su intervención indicando su deseo de aprovechar esta plataforma para lanzar este nuevo diálogo de nuestra colaboración, donde la Fundación Euroamérica juega un papel creativo, de motor de esta renovación, que está tomando impulso en el contexto de la presidencia portuguesa del Consejo de la UE, contando también con la complicidad de España; dos países claves para la alianza entre nuestras regiones en algunos de los principales hitos del multilateralismo mundial de últimos años, como la Agenda 2030 o el Acuerdo de París. El recientemente inaugurado Cable EllaLink de fibra óptica entre la UE (Portugal) y Brasil, es un ejemplo de cooperación entre ambas regiones que debe posicionarse como un referente global en los próximos siete años.

El cambio de enfoque de la política de cooperación de la UE responde a que los retos a los que nos enfrentamos todos son ahora globales y requieren de estructuras multilaterales de cooperación más fuertes, complejas, ambiciosas y flexibles que se ajusten a realidades de desarrollo dinámicas y multidimensionales.

El renombramiento de su DG como “Asociaciones Internacionales” no sólo es el compromiso de la UE en materia de Cooperación, sino que supone la columna vertebral de su acción exterior. En la nueva estructuración de partnership para la cooperación, el diálogo político y la generación de agendas comunes, vamos a incluir participación del sector privado, la promoción de inversiones y la cooperación triangular o trilateral. De la asociación entre la UE y América Latina, basada en décadas de trabajo conjunto, ha surgido una nueva narrativa que está llamada a ser un referente global. La UE está lista para trabajar como un Team Europe de una manera coordinada y vertebrada a través un nuevo instrumento que se va a lanzar en breve: Europa Global.

Europa quiere seguir jugando un papel decisivo en la cooperación de la región, que debe trascender los recursos financieros y concentrarse a una propuesta de valor única que

seamos capaces de ofrecer, basada en nuestra propia experiencia como elemento central de nuestra respuesta. Para ello hemos concretado nuestras propuestas de asociación en la región en torno a dimensiones claves como las alianzas verdes, crecimiento y trabajo, agenda digital, reducir la inseguridad o luchar contra el crimen organizado, buscando siempre la alternativa más inclusiva de desarrollo y promoviendo sociedades más equitativas y menos desiguales y donde la educación ha de estar en el corazón de todos estos procesos. Esta es nuestra apuesta y compromiso de la UE con la región donde el Plan de inversiones europeas en el exterior, Al Invest Plus, va a ser también muy positivo, apalancando préstamos y potenciando el rol de la iniciativa privada.

Comenzó a continuación un diálogo sobre el desarrollo en transición entre Mario Cimoli, Secretario Ejecutivo Adjunto de la CEPAL y Mario Pezzini, Director del Centro de Desarrollo de la OCDE. **Mario Cimoli**, al ser preguntado por el impacto socioeconómico de la pandemia en la región y las variables claves para entender los desafíos de desarrollo que enfrenta la región hacia el futuro, respondió que el problema es que la región va a seguir manteniendo los problemas estructurales que tenía antes: la pobreza no se va a resolver, la desigualdad va a quedar persistente, la informalidad va a ser un área gris compleja de evaluar y de entender. El problema es crecer manteniendo y reforzando los problemas que tenía antes, por eso América Latina tiene que repensar su modelo de desarrollo. A la luz de lo que pasa con el Covid 19, hay que ser conscientes de que el concepto de desarrollo no es lineal, va cambiando en procesos históricos, tanto de los países de ingreso alto como medio o bajo; el modelo productivo va a cambiar, así como los sectores, la organización de las empresas micro, las cadenas, etc. por lo que tenemos que repensar hacer cosas distintas para obtener los resultados que queremos.

En relación a la transición verde pidió no olvidar que la región contribuye solo al 8% en la generación de CO2, por lo que no se puede cobrar a América Latina lo que hicieron los demás históricamente; pidió que la cooperación internacional tenga esto en cuenta. Concluyó apuntando el término desarrollo en transición en el centro del diálogo de cooperación, no sólo hacia América Latina, sino en otras regiones, incluso en Europa.

En segundo lugar, fue preguntado por los procesos de desarrollo que plantea la CEPAL como estrategia de desarrollo, apuntando que en América Latina se está observando ya una recuperación con incremento del comercio internacional y del empleo; pero como también crece la tasa de participación de la gente que se acerca a los mercados, está aumentando también el desempleo. Mostró su preocupación por que el sector formal siga actuando como lo hacía antes -centrado en los sectores de materias primas, de las cadenas

productivas que ya están o que están relacionadas con las cadenas productivas de Estados Unidos - y no sea capaz de absorber aquellos trabajos de baja productividad en los sectores informales; si esos trabajos de baja productividad no se hacen de alta productividad trabajando en un sistema empresarial, la productividad de América Latina va a ser siempre baja y nunca vamos a poder tener una economía competitiva.

Por lo tanto, insistió en la necesidad de repensar el modelo hacia nuevos sectores y cadenas productivas que se puedan desarrollar al interior de América Latina, que puedan incluir las empresas de América Latina y de Europa, y donde las PYMES estén incluidas.

Por último, fue preguntado por el futuro de la cooperación internacional necesaria para salir de estos procesos de desarrollo en histéresis y el rol que en este contexto tiene la relación con la UE, reconociendo la importancia de los recursos que pone en esta materia la UE, que a su vez tiene sus propios problemas internos con sectores que también requieren recursos, abogando por un diálogo solidario al mismo nivel. El diálogo de Europa hacia la construcción de ese modelo productivo integrado tiene que ser un modelo fuerte y a dos niveles, recursos y diálogo bilateral, y en torno a varias áreas: propiedad intelectual, industria o cadenas de valor. El desarrollo ha de ser sustentarse en valores sociales, de igualdad y de integración.

Mario Pezzini, director del Centro de Desarrollo de la OCDE, en su turno del coloquio, contestó a la primera pregunta en relación a los temas claves en la reconstrucción de América Latina tras la pandemia indicando que ALyC ha sido la región más afectada por el Covid-19 en el mundo, y en el área en desarrollo, en particular; había elementos agravantes previos a la pandemia que permanecen; no solamente una trampa de pobreza extrema y de productividad sino también de medio ambiente y social; ve necesario trabajar en la diversificación de las matrices productivas, tratando de raíz la desigualdad y la pobreza en la construcción de un nuevo contrato social; en relación a la cooperación internacional, indicó que todo ha cambiado: los actores la cooperación (con la introducción de nuevos actores como China, India, la cooperación Sur-Sur) los objetivos y las modalidades. Subraya que la cooperación ha de ser sostenerse sobre una relación horizontal y aboga por el “desarrollo en transición” en el nuevo sistema de cooperación internacional.

A continuación se habló de la cooperación financiera para la reconstrucción de la región, cómo la cooperación internacional puede ayudar a la región a transformar sus círculos viciosos en círculos virtuosos y en relación a la deuda, qué esfuerzo se deberá hacer más

allá de los financieros. Comenzó diciendo que los países de la región no han sido los más favorecidos por los esfuerzos de la institución financiera internacional, argumentando que de los estimados 20.7 trillones anunciados por los distintos actores de la comunidad internacional para responder a la pandemia, solo 142 billones estarían dirigidos a Latinoamérica, tanto en forma de préstamos como de ayuda oficial al desarrollo no reembolsable ya que la mayoría de los países de la región son países de renta media.

Por ello opinó que se deben utilizar diferentes indicadores en el sistema de cooperación, independientemente del nivel del PIB por capital. El servicio de suspensión de la deuda del G20 y la emisión de derechos especiales de giro del FMI, entre otros, deben intervenir de manera más fuerte. Pero ve necesario ir más allá de la financiación para que la cooperación genere un círculo virtuoso. Es necesario construir una mesa con una estructura permanente entre pares en la cual este tipo de diálogo se pueda tener; que más que una administración, pudieran ser redes de diálogo e intercambio de experiencias.

Por último, fue preguntado por la clave en el fortalecimiento de la relación birregional entre la UE y América Latina de cara a la reconstrucción post pandemia, opinando que para que haya una relación birregional fuerte se necesita una cooperación fuerte. Josep Borrell subraya muchas veces la necesidad de tener una autonomía estratégica del lado de Europa, que significa en larga medida Latinoamérica y África; este tipo de relación es un elemento fundamental de geopolítica. En este marco opinó que es fundamental el fortalecimiento de las instituciones regionales de ALyC; necesitamos un interlocutor y yo estoy convencido que la CEPAL puede jugar un papel mayor. Cuando se trata de cooperar en tema de inversión para la recuperación del Covid se necesita construir una plataforma de inversión, con los actores europeos de un lado y los latinoamericanos del otro y también la inversión privada.

Por otro lado, la cooperación internacional todavía todavía funciona con las decisiones de un grupo de donantes puro que no incluye ni a los nuevos donantes ni a los países en desarrollo; es necesario la construcción de una nueva mesa más igualitaria porque cualquier gasto en tema de cooperación internacional se debe hacer escuchando a quién da y también a quién recibe en una base de igual a igual. Este fue el mensaje fundamental del término “desarrollo en transición”.

Concluyó **Ramón Jáuregui** indicando que se ha puesto de manifiesto en este seminario que hay mucho que hacer. “Repensar” es el verbo que se ha utilizado de manera más intensa a lo largo de las intervenciones, cuál es nuestro esquema de colaboración, de

diálogo estructural, cómo reinventamos las mesas inclusivas para que juntos pongamos sobre la mesa una manera común de cooperar en lo que es el desarrollo de América Latina y de Europa, porque realmente todos estamos en una transición; las disrupciones tecnológicas, ecológicas, sociales que se están produciendo nos obligan a repensar sobre la manera de hacer las cosas y es evidente que también la cooperación forma parte de esta tarea. Recojo esta idea central que responde por otra parte a lo que la Fundación Euroamérica quiere hacer al organizar este tipo de seminarios y al colaborar con la Comisión Europea -en particular con la Dirección General de Asociaciones Internacionales - que es establecer una pauta, una metodología, una manera de pensar juntos la forma construir más eficazmente la cooperación entre todos y, desde luego, un modelo de desarrollo en transición.

Cerró el seminario **Manuela Júdice**, Secretária-Geral da Casa da América Latina en Lisboa, resaltando la relación tan fructífera entre su institución y la Fundación Euroamérica, que han celebrado un gran número de actos en común durante la presidencia portuguesa del Consejo de la Unión Europea. Anunció que en el próximo encuentro en este contexto tendría un papel relevante el Cable EllaLink, mencionado en varias ocasiones durante el seminario, como caso real de Cooperación entre Europea y América Latina.